

Instituto de Ciências da Educação – Universidade Federal do Pará
Revista Ver a Educação, Belém, n. 1, ano 2025

**As mutações no mundo do trabalho e as repercussões na educação: o caso da
formação de professores**

**The influence of changes in the labor market on educational practice:
implications for teacher training**

Olgaíses Cabral Maués¹

Resumo

Neste artigo, analisamos as metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho e como essas mudanças estão impactando sobre a formação de profissionais da educação. Com base na relação educação-trabalho são abordadas algumas teses sobre esse binômio, sobretudo é discutida a crise que alguns autores indicam sobre a possível perda da centralidade da categoria trabalho. A formação do educador é analisada tendo como ponto de partida as reformas que se implantaram nos anos de 1990 e o papel que é definido para esse profissional nessa sociedade dita do conhecimento, cuja lógica predominante é a do mercado.

Palavras-chave: trabalho; formação; políticas educacionais; mercado.

¹ Doutora. Universidade Federal do Pará. Belém-Brasil. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-6012-1432>. E-mail: olgaises@uol.com.br.

Introdução

Este estudo analisa as mudanças no mundo do trabalho em função dos novos parâmetros das relações de produção. Indica a importância dada ao mercado e sua lógica, à qual todas as coisas estão subordinadas. Discute, ainda, a educação e formação dos profissionais da área, tendo em vista as políticas governamentais que privilegiam o econômico em detrimento do papel social da educação, em sequência a estas reflexões, a ação dos organismos internacionais é vista como um dos fatores determinantes das políticas de formação, ao assegurar os objetivos de um capitalismo avançado. Daí a necessidade de se fazer um balanço dos cursos de formação de educadores para impedir que esta formação vá em direção a um projeto de exclusão social.

As mudanças no mundo do trabalho: alguns parâmetros

Neste final de milênio, estamos vivendo profundas e significativas mudanças no mundo, nas mais diferentes esferas. Está surgindo um novo mundo do trabalho, uma nova cultura, um novo tipo de sujeito, uma enorme transformação ético-cultural, uma nova escala de valores. Qualquer análise que se faça hoje, seja de ordem econômica, política ou social, precisa estar articulada às mudanças que vem se operando no planeta.

As transformações pelas quais as sociedades estão passando, resultantes das profundas alterações na esfera da produção em nível planetário, colocam em risco os paradigmas até então vigentes e aceitos nas Ciências Sociais. Neste quadro, que para alguns é o “fim de tudo” e para outros é a instalação da “sociedade do conhecimento”, se faz necessário analisar o papel que a educação, Como fenômeno social, vem e pode desempenhar em uma sociedade pós-industrial.

Atualmente se tem um novo paradigma produtivo, representado pela reestruturação produtiva, em razão das inovações tecnológicas introduzidas no mundo do trabalho. Ocorrem mudanças institucionais e organizacionais nas relações de produção e de trabalho. O fordismo, como prática de gestão que implica uma separação entre o pensar e o fazer – fragmentando com isso o processo de trabalho e contribuindo para o trabalho alienado – estaria superado, em função das novas formas de trabalho, surgindo assim o pós-fordismo ou o Toyotismo, ou a acumulação flexível.

A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor do “estagflação” (estagnação produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências podem representar os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo,

associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo (Harvey, 1998, p. 140).

A educação e a lógica de mercado: novos desafios

As mudanças ocorridas na base material de produção alteraram os processos de trabalho, trazendo como consequência uma forte mudança na questão do emprego na sociedade. A educação, neste cenário, passa a ser vista pelos organismos internacionais como um investimento capaz de permitir a solução das dificuldades de desemprego pelos quais passam os países ditos emergentes. A solução simplificadora/reduzora apresentada pelos organismos internacionais, para a formação de novos quadros, impõe à educação novos desafios.

Ao mesmo tempo a educação, definida nas políticas do governo está voltada para a lógica do mercado. O que interessa é a formação do homem/mulher que sejam capazes de se adaptarem, sem delongas, a essa sociedade dita do conhecimento. Passa-se a ter uma concepção produtivista da educação, isto é, aquela que concorre para a formação do consumidor/a e não do/a cidadão/ã. É uma educação para a submissão, para a domesticação e não para a libertação e a emancipação.

A educação, neste contexto de reestruturação produtiva, responde às exigências do processo de produção, já que “cada estágio de desenvolvimento das forças produtivas gesta um projeto pedagógico que corresponde às suas demandas de formação de intelectuais, tanto dirigentes quanto trabalhadores” (Kuenzer, 1996). Assim, os modelos pedagógicos surgem e se estruturam a partir das mudanças que ocorrem no mundo do trabalho e das relações sociais que se estabelecem a partir de tais transformações.

As novas exigências postas para a educação vêm como uma forma de fazer frente à crise mundial do capitalismo, iniciada na década de 70. Crise essa representada, sobretudo, pela incapacidade de o modelo taylorista/fordista dar conta das exigências de produção e consumo do mercado, modificadas em função tanto das inovações tecnológicas quanto da dificuldade do Estado de Bem-Estar continuar financiando o setor privado e desenvolvendo políticas sociais de reprodução da força de trabalho.

No contexto da globalização, a educação passa a responder às exigências postas pelos organismos internacionais, a partir da ótica da necessidade de a mesma responder à lógica do mercado, que, agora, também passa a ser mundial. A globalização que dita as políticas para a educação é aquela entendida como uma etapa avançada do capitalismo, objetivando maior ampliação de mercados e maior acumulação para os donos do capital, representando hoje a internacionalização da produção, a

mundialização das finanças, a mudança da divisão social do trabalho e da natureza do Estado, a criação de uma nova ordem econômica internacional.

A educação passa a desempenhar um novo papel nessa sociedade diferente, que tem o mercado como o regulador das relações sociais. Historicamente a educação tem executado algumas funções básicas nas sociedades. As várias teorias sociológicas apontam este fato. Com Émile Durkheim (1967), o objetivo da educação era obter a harmonia, o consenso, a *conservação*. Em Bourdieu e Passeron (1970), Althusser (1985), Baudelot, Establet (1971), citando apenas alguns estudiosos franceses, a ideia é a de que a educação *reproduz* as relações sociais de produção, principalmente através da ideologia difundida. Para Henry Giroux (1986), a função da educação é de resistência, de impedimento que essa reprodução se dê. Para Adorno (1995), um dos membros da Escola de Frankfurt e criador da Teoria Crítica, a educação é antes de tudo *esclarecimento*, emancipação. Esclarecimento dos mecanismos de alienação e de manipulação ideológicas presentes no sistema. Paulo Freire (1987) vê a educação como *transformação*, mudança, como possibilidade de colocar o homem como ser histórico, capaz de ser sujeito do e no mundo.

Ante essa sociedade globalizada, que tem o mercado como centro, e os organismos internacionais – como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial – como elaboradores das políticas educacionais, é que se situa a questão fundamental de reflexão: a formação do profissional da educação. Como deverá ser a formação desse profissional que deverá atuar nessa sociedade pós-moderna, onde tudo é efêmero, cheio de rupturas, onde o “sólido desmancha no ar”; nessa sociedade que para alguns representa o fim de um paradigma representado pela modernidade, pela razão iluminista, pelas certezas matemáticas.

Qual o profissional que está sendo exigido para esse mundo pós-industrial, no sentido dado por Daniel Bell?

O conceito de sociedade pós-industrial diz respeito essencialmente às mudanças na estrutura social, às transformações que se produzem na vida econômica e na estrutura profissional, e por fim as novas relações que se estabelecem entre a teoria e a prática experimental, entre a ciência e a tecnologia (Bell *apud* Masi, 1999, p. 33, grifo nosso).

E mais, qual a formação desejada para o profissional da educação que na sociedade pós-industrial encontra-se no setor quinquário, juntamente com a saúde, a pesquisa científica, o lazer e a administração pública, almejada?

Formação do educador: necessidade de avaliação

A legislação em curso, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, 9.394/96, aponta para “a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço; aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino em outras atividades” (Brasil, 1996). A questão que se põe é como essa formação está sendo traduzida nas políticas do governo ancoradas na lógica do mercado a partir das exigências da globalização, da pós-modernidade, da sociedade pós-industrial. Neste sentido, a própria questão do trabalho, como princípio educativo, é revista e, para alguns autores, a categoria trabalho perde a centralidade e esta passa a ser o *conhecimento*.

Nesta sociedade globalizada, há uma reificação do mercado. Por isto, a educação deverá formar o trabalhador polivalente, aquele que domine alguns conhecimentos, possua uma boa formação geral, tenha flexibilidade, versatilidade, e outras características que não envolvem o domínio dos fundamentos científico-intelectuais, privilégio de apenas uma minoria.

A formação do profissional da educação será refletida a partir da relação entre educação e trabalho numa sociedade de um país em desenvolvimento, levando-se em conta o processo de globalização, sobretudo o relativo ao mercado, e o papel que os organismos internacionais vêm desempenhando nas políticas e legislação sobre o assunto.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho vêm exigindo novas compreensões dessa categoria de análise que tem hoje um significado diferente de épocas passadas e recentes, incluindo a negação da centralidade do trabalho, enquanto categoria sociológica, tese defendida por Claus Offe (1991):

O trabalho assalariado, apartado da esfera doméstica e das formas comunitárias tradicionais, despedido ainda da proteção política, inserido na organização capitalista do trabalho, e nos a ela inerentes processos da divisão do trabalho, da pauperização, da alienação e da racionalização, assim como as formas por ele desenvolvidas de integração social ou de resistência econômica, política e cultural, eram então o ponto de referência óbvio para o desenvolvimento da teoria e da pesquisa nas ciências sociais, a partir do qual todos outros aspetos da sociedade-política e cultural cognitiva, família e sistema moral, formas de ocupação do solo e religião deveriam ser desdobrados. É exatamente esse amplo poder macro-sociologicamente determinante do fato social do trabalho (assalariado) das contradições da racionalidade empresarial e social que o comanda que agora se torna sociologicamente questionável (p. 16)

Outras teses que anunciam o fim do trabalho abstrato, como é o caso de Adam Schaff (1997) e Kurz (1992) que veem o desaparecimento das classes fundamentais – proletariado e burguesia - e apregoam o fim da sociedade do trabalho. Alguns autores indicam o surgimento da Sociedade do Conhecimento, ou seja, aquela em que a base técnica, constituída pela microeletrônica associada à informatização, vai exigir uma força de trabalho que se ocupa mais com a cabeça do que com os braços e a força muscular.

Sociedade do trabalho X Sociedade do Ócio, do Tempo Livre, do Conhecimento, parece ser um postulado hoje que se apresenta defendido por alguns teóricos e que vem influenciando as políticas educacionais, a partir da concepção de que o projeto pedagógico é gestado para atender a uma etapa do desenvolvimento das forças produtivas; etapa esta que se configura na sociedade contemporânea desenhada segundo a posição tomada nessa dualidade, por aqueles que têm as condições objetivas (poderes econômicos e políticos) da tomada de decisão.

Levando-se em conta que cada etapa do desenvolvimento gera um projeto pedagógico que possa responder às demandas postas pela sociedade, hoje, em função da crise do modelo taylorista/fordista; e delineando-se o modelo da acumulação flexível, baseado na introdução de novas tecnologias (informática, robótica, microeletrônica) na produção, em conjunto com mudanças organizacionais nos processos gerenciais, qual será o projeto que vem sendo desenhado?

As políticas oficiais para a educação procuram responder a esse modelo de reprodução ampliada do capital através de um processo pedagógico que privilegie a formação de um trabalhador “com as seguintes características: “flexibilidade, versatilidade, liderança, princípios de moral, orientação global, hora de decisão, comunicação, habilidade de discernir, equilíbrio emocional” (Frigotto, 1995, p. 157).

Na medida em que alguns teóricos defendem o fim da “sociedade do trabalho” e apontam com isto o término das classes, portanto, do proletariado, colocando no lugar a “sociedade do conhecimento”, a “sociedade do lazer/ócio” e o surgimento do chamado cognitariado, e que outros (Bell *apud* Masi, 1999) apontam o surgimento da sociedade pós-industrial, esgotando o modelo fordista de produção (Harvey, 1998), surge a necessidade imprescindível de se examinar o projeto pedagógico que está sendo gestado para essa nova realidade.

São vários os paradigmas e categorias sociais que são questionados neste cenário. Daí tornar-se fundamental que a formação de professores, enquanto atividade profissional e enquanto elemento básico no processo de ensino-aprendizagem, seja revista.

A própria compreensão do que é “trabalho”, como categoria de análise, está em discussão. Para alguns, o trabalho abstrato (Kurz, 1992) aquele que produz mercadoria e tem um valor de troca, teria acabado, restando apenas o trabalho concreto, ou seja, aquele que produz valor de uso, isto é, coisas socialmente úteis e necessárias, o chamado trabalho qualitativo.

Não existiria mais a compreensão do trabalho como um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza como uma de suas forças (Marx, 1986).

As inovações tecnológicas, com a reestruturação produtiva seriam a causa da alteração na concepção de trabalho deixando este de ser “o momento fundante de realização do ser social,

condição para sua existência” (Antunes, 1995, p. 123), perdendo a sua centralidade e apontando com isso para a criação da sociedade de serviços, pós-industrial e pós-capitalista.

Estes fatos alteram diretamente o mundo do trabalho – esse espaço simbólico onde se passam as relações sociais de produção, o *locus* onde se definem as novas formas de produção e de organização. Otávio Ianni, em 1994, publicou um artigo na *Revista Perspectiva*, no qual ele faz uma análise das transformações que o mundo do trabalho vem sofrendo, salientando que esse mundo é realmente global, assim como o capitalismo no qual está subsumido.

Esta globalização implica a questão social, o movimento operário, o sindicalismo, a divisão internacional do trabalho. Significa também que as características do mundo do trabalho passam a ser mundiais, como as “novas” formas de organização do processo de trabalho, das relações trabalhistas, das condições jurídico-políticas da organização do movimento operário, dentre outras.

Pode-se incluir outras características que reforçam a tese de Otávio Ianni (1992) quanto à globalização do mundo do trabalho. tais como o fechamento de indústrias e fábricas, a redução do tamanho de empresas, a alteração dos contratos de trabalho, o surgimento do emprego temporário, regime de trabalhos mais flexíveis. Tudo isso deu lugar a redução do emprego regular e o aparecimento do trabalho parcial, precarizado, temporário ou subcontratado.

Essas modificações fizeram surgir novas formas de relações sociais, novas instituições sociais, de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, de categorias; novos valores, conceitos, princípios e parâmetros. Outros processos de trabalho emergem, nos quais o cronômetro e a produção em série – características marcantes do fordismo/taylorismo – são substituídos pela flexibilização da produção, por novos padrões de busca de produtividade e formas de adequação da produção a lógica do mercado direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção.

Tudo isto cria outro padrão tecnológico simbolizado pela informática possibilitando o armazenamento e o processamento da informação numa velocidade sem precedentes. As inovações tecnológicas vão dizer como fazer, com o quê, o quê e para quem produzir. Significa que elas contribuem para o controle gerencial da produção e do processo de trabalho e diminuem a dependência do capital em relação ao trabalho, já que pode ser incorporado a máquina o saber do trabalhador. Também contribuem para o desenvolvimento de sistemas de controle sobre o trabalhador através da especificação do ritmo de trabalho que o mesmo deve seguir.

As implicações da inovação tecnológica, dentre outras, representam a substituição do trabalho humano pela máquina, ou pela mudança radical das formas de produção, criando assim a chamada *reestruturação produtiva*. Em um texto da CUT, publicado no caderno “Trabalho e Formação num mundo em mudanças”, de 1997, são citados cinco elementos básicos que caracterizam esse processo.

São eles: a) informática e automação introdução de computadores programáveis, robôs, terminais bancários e serviços *homebanking*; b) mudança na relação entre empresas, representada principalmente pela terceirização; c) mudança na organização dos processos de produção/serviços, a chamada produção enxuta, a formação de células, minifábricas; d) transformações na organização dos processos de trabalho com a introdução da qualidade total, do trabalho polivalente, o trabalho em grupo; e) mudanças na gestão do trabalho e na gestão empresarial, representando o treinamento comportamental de gerentes, visando a motivação e a capacitação dos trabalhadores.

Todas essas mudanças no mundo do trabalho – incluindo aí o modelo até agora vigente do trabalho fragmentado, representado pelo modelo taylorista-fordista de produção – estão sendo substituídos por formas diferentes de trabalhar e de gerenciar e controlar o trabalho, havendo com isso a necessidade de um novo tipo de trabalhador.

O século XX foi “atravessado” pelo modo de produção capitalista no mundo ocidental e pelo processo de produção fordista/taylorista, significando que o trabalho passou a ser uma mercadoria e o homem uma força de trabalho que é vendida ao proprietário dos meios de produção, isto é, ao capitalista. Quanto ao processo de produção, este seguiu o modelo fordista, baseado na organização da produção do trabalho a partir da produção de massa, através de linha de montagem, além da divisão entre gerência, concepção, controle e execução do trabalho.

Este modelo, que durante cerca de meio século, atendeu as necessidades do capital, começou a ruir na década de 60/70, em função de alguns fatores, dentre eles, a incapacidade do mesmo de conter as contradições próprias do capitalismo. A crise internacional de 1973 – representada basicamente pelo aumento do preço do petróleo pelos países árabes, além da busca por inovações que permitissem uma maior acumulação do capital – acelerou as mudanças nos processos produtivos, começando assim uma nova era denominada de “acumulação flexível”.

Ricardo Antunes (1995) no seu livro *Adens ao Trabalho*, aponta algumas características decorrentes dessas transformações: a) diminuição da classe operária industrial tradicional; b) expansão do trabalho assalariado no setor de serviços, c) incorporação do contingente feminino em maior número; d) subproletarização intensificada, representada pelo trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado; e) desemprego estrutural.

Todas essas transformações que ocorreram no mundo do trabalho repercutiram diretamente sobre o mercado de trabalho que passou a impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis. O mercado de trabalho é caracterizado como o espaço abstrato, onde as negociações ocorrem no sentido de compra e venda da força de trabalho para a produção de bens que serão vendidos e comprados. Ou ainda como, diz Claus Offe, o mercado como princípio predominante de alocação, para a atribuição das atividades humanas e dos meios de subsistência. A partir das necessidades de produção,

definidas e reguladas pelo mundo do trabalho, o mercado define o perfil do trabalhador que ele precisa, assim como a mercadoria a ser produzida.

Esse mercado também se internacionalizou – aliás a globalização representa exatamente a busca desenfreada do capital pela ampliação de mercados onde os produtos produzidos pudessem ser vendidos. Com a crise do capitalismo, a internacionalização da economia – com a concentração das decisões nas mãos dos países mais ricos, a desregulamentação do trabalho, a flexibilização das regras de contratação, a revolução tecnológica, os novos processos produtivos – não só mudou o perfil do trabalhador “comprável” e os postos de trabalho, como também o emprego escasseou, diminuiu.

A estrutura do mercado, em função de tudo isso, ganhou novas dimensões, passando a se compor do *Centro* – representado pelos empregados que trabalham na empresa moderna em tempo integral, gozando de maior segurança, perspectivas de promoção, de treinamento, seguro e outras vantagens indiretas – da *Periferia*. Esta, abrangendo dois subgrupos: o 1º consiste em empregados com habilidades facilmente disponíveis no mercado e o 2º inclui pessoal em tempo parcial, sem segurança no emprego (Harvey, 1998, p. 144).

Em função das mudanças na economia, na política, na base produtiva e tecnológica, o mercado de trabalho passou por uma radical mudança que representa um aumento de desempregados, um enfraquecimento do poder dos sindicatos e como consequência a criação de regimes de contratos mais flexíveis.

À guisa de conclusão

A Educação e a formação do educador nesse cenário de fim de século deverão automaticamente ser revistas e questionadas. A superação do taylorismo/fordismo pelas novas formas de organização e gestão, que são incorporadas a partir das inovações tecnológicas em curso, passa a exigir novos conhecimentos e novas atitudes para o exercício profissional.

Com a crescente superação do modelo anterior, cuja característica básica era a fragmentação da ciência, e com o novo modelo que exige cada vez mais conhecimentos transdisciplinares, novas exigências são feitas ao educador para que possa acompanhar essas mudanças.

Acácia Kuenzer (1996) referindo as características do educador para enfrentar esta etapa do desenvolvimento das forças produtivas, cita alguns aspectos que esse educador deverá desenvolver:

Capacidade para compreender a nova realidade, buscando para tal apoio em diferentes áreas de conhecimento, isto é, na relação Inter, multi e transdisciplinar; competência para trabalhar nos espaços escolares institucionalizados e também nos demais onde os processos pedagógicos ocorram, como movimentos sociais, na rua

nos sindicatos, nos partidos, nas ONGs; condições, através do conhecimento e da competência para discutir e participar da elaboração das políticas públicas para a educação; capacidade para trabalhar o processo pedagógico como um todo, nas suas diferentes dimensões, que vão desde a docência até a coordenação e gestão do trabalho pedagógico; domínio de conhecimentos e sobretudo capacidade de localizar e produzir informações e saber trabalhar com as mesmas; fazer a articulação direta entre a escola e o mundo do trabalho, a teoria à prática, a reflexão à ação: produzir concepções transformadoras da realidade, ter o domínio intelectual da técnica (politécnica), saber, saber-fazer e saber ser, ou seja, ter conhecimento, saber aplicar/usar esse conhecimento e fazê-lo com ética e com valores moralmente aceitos.

As políticas educacionais para a formação do educador explicitadas na LDB n. 9.394/96 e regulamentadas através de Resoluções e Portarias do Ministério da Educação (MEC) e do Conselho Nacional de Educação (CNE), direcionam-se para tornar o assunto extremamente simplificado e abordado de uma forma produtivista, ressignificando a teoria do capital humano. Estas políticas não estão soltas, descoladas desse contexto cuja lógica é o mercado. Ao contrário, elas fazem parte da reestruturação do Estado, do ajuste ao mesmo e de seu enxugamento.

As políticas oficiais de formação do educador estão vinculadas ao projeto de sociedade que é traduzido pela exclusão social, pela não priorização dessa área, ocupando a 89ª posição em educação, no ranking dos 174 países, segundo o relatório das Nações Unidas divulgado pelos meios de comunicação no corrente ano.

A formação do profissional da educação deverá, pois, considerar essas questões em seus cursos sobre pena de se formar um educador que irá simplesmente atender às exigências do mercado, desconsiderando a formação do sujeito ético, crítico e livre para uma sociedade feliz.

Referências

- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos do estado**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R. **L'école capitaliste en France**. 1ª ed. Paris: François Maspero, 1971.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **La reproduction**. 1ª ed. Paris: Minuit, 1970.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República. [1996]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 29 jan. 2025.

- DURKHEIM, É. **Educação e sociologia**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1967.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- GIROUX, H. **Teoria crítica e resistência em educação**. 1ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 2002.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1998.
- IANNI, O. **A sociedade global**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Educação Civilização Brasileira, 1992.
- IANNI, O. O mundo do trabalho. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 8, n. 1, 1994.
- KUENZER, A. A Formação de Educadores: Novos Desafios Para as Faculdades de Educação. *In: Anais do VIII ENDIPE*. Florianópolis, 1996.
- KURZ, R. **O colapso da modernização**. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- MARX, K; ENGELS, F. **O manifesto comunista**. São Paulo: Perseu Abramo, 1997.
- MASI, D. de. **A sociedade pós-industrial**. 3ª ed. São Paulo: SENAC, 1999.
- OFFE, C. **Trabalho & Sociedade**. Problemas estruturais. Perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho. 1ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- SCHAFF, A. **A sociedade informática**. 1ª ed. São Paulo: UNESP, 1997.

Abstract

In this article we examine changes taking place in the labor market and their effects on the training of teachers and professionals in education. With reference specifically to education we also evaluate some hypotheses concerning the nature of this relationship. Starting with the government reforms that instituted in the 1990s, we analyze the specific roles allocated to educators, prescribed by a society guided by a market orientated logic.

Keywords: labor; teacher training; educational policy.